



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROSELI MARISA ASCHIDAMINI

MÚSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
UM ESTUDO DA LEI 11.769/08 E SUA EFETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ERECHIM

2017

ROSELI MARISA ASCHIDAMINI

**MÚSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
UM ESTUDO DA LEI 11.769/08 E SUA EFETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Erechim, como requisito para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Esp. Magali Maria Johann

ERECHIM

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Aschidamini, Roseli Marisa

MÚSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DA LEI 11.769/08 E SUA EFETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/ Roseli Marisa

Aschidamini. -- 2018.

53 f.:il.

Orientadora: Magali Maria Johann.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Pedagogia, Erechim, RS , 2018.

1. Música. 2. Aprendizagem. 3. Práticas pedagógicas. 4. Educação Infantil. I. Johann, Magali Maria, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MÚSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
UM ESTUDO DA LEI 11.769/08 E SUA EFETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Prof.^a Esp. Magali Maria Johann (UFFS/Erechim)

Aprovado em: 15/12/2017

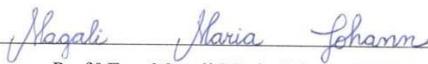
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Me. Chaiane Bukowski(UFFS/Erechim)



Prof.^a Esp. Eliane Isabel Belani(SEED/PR)



Prof.^a Esp. Magali Maria Johann (UFFS/Erechim)

Dedico este trabalho à minha família, que sempre esteve junto a mim, apoiando e incentivando-me em todas as decisões. Também dedico às professoras Adriana Salete Loss e Magali Maria Johann, que estiveram sempre ao meu lado, dando-me coragem para enfrentar os desafios em busca da concretização dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por possibilitar, durante esses cinco anos, a realização da graduação e ter a oportunidade de conhecer pessoas que contribuíram significativamente para a minha formação inicial. Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e, principalmente, aos professores do Curso de Pedagogia, por me proporcionarem o conhecimento teórico-acadêmico, incentivando a reflexão e autonomia diante da realidade, tornando-se aliados indispensáveis à minha formação, enquanto profissional. À minha família, à minha mãe, Nelsi Teresinha Aschidamini, às minhas filhas, Vitória Aschidamini Dall`Agnol e Catarina Aschidamini Dall`Agnol, à minha irmã, Rosa Helena Aschidamini e às minhas sobrinhas, Julia Aschidamini Lara e Laura Aschidamini Néri, pelo companheirismo e apoio incansável. Agradeço, também, ao pai de minhas filhas, Wiliam Leandro Dall`Agnol e aos demais familiares e amigos que sempre me incentivaram a seguir em frente. Agradeço, de coração, à minha orientadora, Prof^a. Esp. Magali Maria Johann, que me orientou, sendo um exemplo de pessoa e profissional, principalmente, no último ano de graduação, dedicando seu tempo para me incentivar na busca de respostas, com a intenção de demonstrar o melhor de mim e possibilitar o aperfeiçoamento do meu trabalho a partir de críticas construtivas e diálogos, apontando novos caminhos. Sou grata por tudo que me ensinou e ainda me ensina. Agradeço às minhas colegas de graduação, Elisiane Angélica Arsego Consorte, Itamara Maria Hirschheiter e Morgane Carraro, que sempre estiveram ao meu lado. Agradeço, também, pelo incentivo, pela compreensão, pela colaboração e, especialmente, pelo companheirismo e estudos compartilhados, os quais resultaram em crescimento intelectual. Agradeço, antecipadamente, à Banca Examinadora, por aceitar o convite e contribuir para o melhoramento da escrita e análise dos estudos.

A criança é um ser brincante e, brincando, faz música, pois assim se relaciona com o mundo que descobre a cada dia. Fazendo música, ela, metaforicamente, transforma-se em sons, num permanente exercício: receptiva e curiosa, a criança pesquisa materiais sonoros, descobre instrumentos, inventa e imita motivos melódicos e rítmicos e ouve com prazer a música de todos os povos.

(Teca Alencar de Brito)

RESUMO

Este estudo visa esclarecer a obrigatoriedade do ensino de música no currículo da Educação Básica, analisando o contexto histórico da Educação Musical no Brasil e verificando as mudanças e/ou influências a partir de 2012, quando da aplicabilidade da Lei nº 11.769/08, que versa sobre a obrigatoriedade da música no componente de Arte. Procurou-se pesquisar, teoricamente, sobre o tema e analisar, na prática, a efetivação da musicalidade no estágio de Educação Infantil. A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa, por meio de um estudo bibliográfico, utilizando-se de teorias e documentos como a Lei nº 11.769/08, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de Educação Infantil em que foi realizado o estágio. Procurou-se perceber a presença da música nas indicações destes documentos e teorias, e, em seguida, foram analisadas as práticas vivenciadas no período de estágio obrigatório do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim - RS. Por meio de estudo do PPP, percebeu-se que, no início do ano, a escola apresenta, ao educador, uma lista de conteúdos a serem trabalhados no componente de Arte, nos quais se identifica a música como um dos itens elencados para o trabalho, porém é de responsabilidade do educador estruturar o planejamento, contemplando essa linguagem. A análise dos planejamentos revelou que não se contempla, efetivamente, o ensino da linguagem musical. Por meio de questionamento feito à educadora atuante, pode-se depreender que a música não faz parte do planejamento das aprendizagens, mas está presente em algumas situações como as festividades durante o ano, formação de filas, lanche e no dia a dia, para que as crianças sintam-se bem e alegres. Percebe-se que existem dificuldades para se ensinar e abordar o conteúdo de linguagem musical na etapa da Educação Infantil. Sendo assim, pressupõe-se que a formação inicial e continuada do pedagogo deve abranger e reforçar os conteúdos de todas as áreas, inclusive, a correspondente à linguagem musical. A música, conforme determina a Lei nº 11.769/08, deve constituir um conteúdo, devidamente trabalhado no componente de Arte, e não meramente um suporte para possível momento de recreação da escola. O apoio pedagógico apresenta algumas deficiências e a linguagem musical passa a ser menos contemplada do que, por exemplo, as artes visuais na Educação Infantil.

Palavras-chave: Música. Aprendizagem. Práticas pedagógicas. Educação Infantil.

LISTA DE TABELA E FOTOGRAFIAS

Tabela 1- Cronograma semanal das atividades da escola.....	34
Fotografia 1 - Dançando com fitas coloridas I.....	35
Fotografia 2 - Dançando com fitas coloridas II.....	36
Fotografia 3 - Confeção de chocalhos I.....	38
Fotografia 4 - Confeção de chocalhos II	38
Fotografia 5 - Canudos de som I	39
Fotografia 6 - Canudos de som II	40
Fotografia 7 - Dominó Sonoro I	41
Fotografia 8 - Dominó Sonoro II.....	41
Fotografia 9 - O som dos objetos I	42
Fotografia 10 - O som dos objetos II.....	42
Fotografia 11 - O som das pedras I.....	44
Fotografia 12 - O som das pedras II.....	44
Fotografia 13 - Brincar de fazer música I.....	45
Fotografia 14 - Brincar de fazer música II.....	45

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL.....	13
2.1	CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
2.2	MÚSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
2.3	CONTEÚDOS RELACIONADOS À MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
3	CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM QUE FOI REALIZADO A PRÁTICA DE ESTÁGIO.....	28
4	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	30
5	ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO RELACIONADO COM O TEMA E AS PRÁTICAS OBSERVADAS E VIVENCIADAS NO ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	32
5.1	ANALISANDO A MÚSICA NAS APRENDIZAGENS REALIZADAS NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA.....	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A motivação inicial para elaboração deste trabalho ocorreu devido à realização do estágio em escola de Educação Infantil e, também, pelo conhecimento da Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, que traz mudanças nos currículos de todas as etapas da Educação Básica, instituindo a música como conteúdo obrigatório, vigorando a partir do ano de 2012. Essa mudança na Lei inclui o conteúdo de música no componente curricular de Arte, de acordo com o Art. 26, parágrafos 2º e 6º da respectiva Lei.

§ 2º-O ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 6º-A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (BRASIL, 2008).

Considerando que o ensino de música, nas escolas, constitui uma das linguagens de grande importância, torna-se necessário um olhar atento para o contexto histórico sobre a organização da Educação Musical no Brasil. Dessa forma, destaca-se a aprovação da Lei nº 11.769/08, a qual torna obrigatório o ensino do conteúdo de música, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, no componente curricular de Arte, contribuindo para o enriquecimento social, intelectual e cognitivo dos educandos.

Nesse sentido, pode-se dizer que a maioria das pessoas tem um pouco de contato com repertórios musicais desde o início de seu desenvolvimento humano e na etapa de sua escolarização. Para tanto, espera-se que o conteúdo de música, nas escolas, proporcione um conhecimento mais específico do que já é conhecido, buscando ampliar e significar a música como uma das linguagens do conteúdo da Arte. Porém é importante destacar que, por muito tempo, existiram, e, ainda hoje, existem afirmações, por parte dos educadores e nas práticas escolares, de que a música destina-se apenas aos profissionais com formação específica na área da música. No entanto, convém salientar que todas as pessoas e profissões podem fazer uso da mesma para promover conhecimento aos educandos.

Segundo Fonterrada (2008), o Brasil dispõe de uma riqueza artística e cultural que pode ser aplicada aos projetos escolares, tendo em vista a valorização da cultura musical presente nos diferentes contextos socioculturais. Assim sendo, o ensino do conteúdo de música na Educação Infantil, conforme relato dos educadores que acompanharam o estágio de

docência, estes passam por algumas dificuldades em se tratando da definição das práticas pedagógicas e aplicação destas em concordância com o disposto na Lei nº 11.769/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, como já se mencionou, compreendendo as etapas e modalidades de ensino da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Nessa perspectiva, esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado -Música no Currículo da Educação Básica: um estudo da Lei nº 11.769/08 e sua efetivação nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, tem como objetivo geral compreender a respectiva Lei, que versa sobre a inserção da música nos currículos da Educação Básica, observando-se a aplicabilidade da mesma nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Este trabalho configura-se em um estudo bibliográfico, com intervenção pedagógica diante da inter-relação teoria e prática, ao verificar a presença ou a ausência da música nas aprendizagens desenvolvidas em escola da infância. Dessa forma, torna-se relevante considerar a importância da alteração na Lei, pois a música estava à margem dos conteúdos obrigatórios nos currículos há mais de 40 anos, conforme propõe Fonterrada (2008).

Com esta temática e o objetivo geral citado, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar o contexto histórico da Educação Musical no Brasil; verificar quais foram as mudanças e/ou influências a partir de 2012, quando da efetivação da Lei nº 11.769/08 nas escolas; pesquisar sobre o currículo e tomar conhecimento dos aspectos legais da Educação Infantil; investigar os conteúdos trabalhados que envolvem a musicalidade e sua relação com o currículo da escola, todos correlacionados ao objetivo geral.

A metodologia usada para sistematizar e materializar tais objetivos foi de cunho qualitativo, utilizando-se da intervenção de estágio na Educação Infantil, realizado pela acadêmica, no semestre anterior à construção do TCC. Depois de escolher o tema e definir o problema de pesquisa, iniciou-se a leitura sobre o referido tema em documentos legais e pedagógicos, com a finalidade de destacar as contribuições teóricas e concepções acerca do assunto pesquisado, bem como, para reforçar o estudo, foi feita uma análise das práticas do estágio.

A estruturação deste trabalho divide-se em seis partes intercomplementares. A opção de desmembrar o trabalho em partes se deve à intenção de especificar, detalhadamente, cada uma das etapas, mas que, integradas, configuram o TCC em sua completude. A primeira parte contém a introdução do trabalho, aqui exposta, com a descrição do tema, problema, objetivos geral e específicos e metodologia, bem como a motivação inicial para a pesquisa e observação no estágio de Educação Infantil. A segunda traz reflexões, a partir do referencial teórico, que

Versa sobre o contexto histórico da Educação Musical no Brasil, o que é currículo na Educação Infantil, a música na Educação Infantil, o conteúdo de música como uma das linguagens do componente de Arte e a importância da música nos trabalhos e práticas pedagógicas da Educação Infantil. Na terceira parte, é realizada uma contextualização e apresentação da escola escolhida para a prática de estágio na Educação Infantil. Na quarta, é detalhada a metodologia da pesquisa, definindo o percurso metodológico e as intervenções para que, de fato, a pesquisa pudesse se efetivar. Na quinta parte, são apresentadas as análises do referencial teórico, juntamente com as práticas observadas na Educação Infantil, relacionando o tema aos objetivos e propostas deste trabalho conclusivo. Por fim, na sexta parte, são colocadas algumas considerações finais, na intenção de dar um desfecho para a pesquisa, fazendo apontamentos e indicações sobre o tema.

Após a construção das partes que configuram este Trabalho de Conclusão de Curso e a partir das análises realizadas, associadas aos conhecimentos já produzidos, a intenção é a de compreender melhor o tema proposto e as práticas escolares relacionadas à música na etapa escolar correspondente à Educação Infantil. Além disso, o trabalho pode servir de subsídio para instigar outros acadêmicos a se interessarem pela área e, especialmente, pelo tema pesquisado.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL

O ensino musical no Brasil tem provocado algumas reflexões, especialmente na última década, em que o debate sobre a adequação dos currículos à Lei nº 11.769/08 problematiza alguns conceitos que parecem não ser muito claros quanto ao que se quer dizer com ensino de música na Educação Básica. Sob tal perspectiva, neste trabalho, são apresentados alguns estudos que possibilitam o entendimento de como, no contexto histórico da Educação Musical no Brasil, torna-se de grande importância a Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica.

De acordo com Fonterrada (2008), fazendo uma retrospectiva histórica, no Brasil, o ensino musical foi proposto, primeiramente, pelos padres jesuítas, que perceberam, na linguagem musical, uma forma eficiente de catequizar os índios que aqui habitavam. Para tanto, o objetivo deles era o de catequizar, por meio da cultura, alguns comportamentos europeus, e, nesse sentido, as músicas trabalhadas estavam sempre vinculadas à religião e às técnicas de memorização praticadas em igrejas, conventos e colégios da Europa no período colonial.

De acordo com Teixeira (2014), em sua tese de doutorado, intitulada –Marcos Históricos da Educação Musical no Brasil, a primeira regulamentação do ensino musical, nas escolas primárias brasileiras, foi aprovada, por D. Pedro II, no ano de 1851, e somente três anos após, em 1854, acontece a regulamentação do ensino musical também para os secundaristas. Dessa forma, não havia nenhuma orientação específica de quais seriam os procedimentos, conteúdos e formação adequada para a atuação na área. Ainda, de acordo com a pesquisadora, o ensino musical no Brasil começa a mudar com a chegada de D. João em 1908. Este procurou diversificar os espaços culturais no Império, possibilitando o acesso do povo aos teatros e eventos que tinham ligação com a Corte. Teixeira (2014) diz que, nesse período, a música deixa de ser restrita às igrejas, porém as escolas continuavam sendo disciplinadoras nos moldes europeus.

Em seus estudos, a autora afirma que a cultura do ensino musical se estagnou, e em 1912, João Gomes Junior elabora o método analítico, isto é, um sistema baseado em movimentos de improvisação; também, nesta época, foi implementado o canto orfeônico (coral livre). Ainda, de acordo com a autora, no ano de 1920, Anísio Teixeira, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sugere algumas reformas na educação brasileira, e com a chegada de Vargas, surge a oportunidade de realizar, na prática, o projeto com toda a ostentação. Assim, o canto orfeônico passa a ser disciplina obrigatória nos currículos

escolares, com a assinatura do Decreto Lei nº 19.890, instituído por Getúlio Vargas, no ano de 1931. Logo após, o Secretário de Educação, Anísio Teixeira, cria a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA) ¹.

A SEMA, com o intuito de formar educadores para atuarem na disciplina de música, instituiu o curso de formação de professores especialistas, com o objetivo de capacitação técnica, social e artística. No entanto, Villa-Lobos, por meio do canto livre, forma o maior movimento de Educação Musical do Brasil, o qual culminou num concerto, realizado no Rio de Janeiro, envolvendo educandos do curso primário, secundário e trabalhadores. No ano de 1935, Villa-Lobos publica um Guia Prático de Música Coral, possibilitando o uso deste, nas escolas brasileiras, até o final do ano de 1960.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída em 1961 (Lei nº 4.024/61), gera um enfraquecimento do canto orfeônico nas escolas, pois deixa de ser rotina no Brasil e, posteriormente, com a Lei nº 5.692/71, o ensino de música é retirado da disciplina de Educação Artística e o conteúdo de Arte passa a ser dividido em três áreas: Artes Plásticas, Cênicas e Música.

De acordo com Menezes e Santos (2001), no ano de 1970, com a Ditadura Militar, os cursos de licenciaturas sofrem reformas em suas matrizes curriculares, priorizando a formação precarizada, aliada ao tecnicismo, com a prevalência das artes visuais e o achatamento gradual das artes como o teatro, a dança e a música. O canto coral foi desaparecendo dos currículos gradativamente, e, logo em seguida, em 1971, é decretado, por intermédio da Lei nº 5692, que o ensino das artes passa a ser incluído no componente curricular de Educação Artística, devendo ser ministrado por um único educador que deve dar conta das artes visuais, do teatro, da dança e da música.

¹Em 1933, foi criada a Superintendência de Educação Musical e Artística, transformada em SEMA (Serviço de Educação Musical e Artística). O Secretário de Educação em exercício convida Villa-Lobos para o cargo de diretor. (educador, maestro e pesquisador musical muita experiência e conhecimento da música brasileira). Heitor Villa-Lobos, na direção da SEMA, propôs um projeto educacional em âmbito nacional, com ênfase no canto coral, e mais tarde, em canto orfeônico, e nessa época, o ensino de música nas escolas públicas teve um grande incentivo. (Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1937).

Ainda, de acordo com os autores, o ensino de música é redefinido nos anos de 1980 e 1990, surgindo, nessa década, cursos de pós-graduação na área de música. Também passa a existir uma maior discussão sobre o tema. Essas discussões evoluem para a inclusão do ensino de arte como conteúdo obrigatório nos currículos, sendo garantido em Lei, ou seja, na LDBEN vigente. Ainda, em termos da Lei, o termo Educação Artística é substituído por ensino de Arte. Essa mudança para o ensino de Artes é uma tentativa de encerrar o ensino de Educação Artística no âmbito do ensino polivalente vigente nos anos de 1970.

De acordo com Fonterrada (2008), o artigo 26 da LDBEN põe em evidência o ensino musical como conteúdo obrigatório no componente curricular de Arte, porém sem se configurar como efetivo nas salas de aula. De acordo com o referido autor, outro fator relevante é que, ainda, no contexto atual, há poucos educadores formados especificamente na área musical em relação às outras áreas de Arte.

Fonterrada (Id.) salienta que, na tentativa da efetivação do ensino musical nas escolas, em 18 de agosto de 2008, torna-se necessária uma alteração na LDBEN. De acordo com o artigo 26, de 1996, o ensino de música deve vigorar como obrigatório nas escolas de Educação Básica. Apesar dessa determinação, não são percebidas grandes mudanças quanto à clareza da relevância dessa linguagem. Sendo assim, o referido artigo é minimizado, em sua alteração, como componente do ensino musical, porém este ensino continua sendo uma das artes obrigatórias nos currículos das escolas, mas incluído no componente curricular de Arte.

A LDB nº 9394, que dava prioridades ao cotidiano cultural e regional, incluindo a música como um elemento a ser desenvolvido em projetos interdisciplinares e como forma de entretenimento em festividades escolares, também é alterada, no ano de 2008, conforme prescreve a Lei nº 11.769/08 explicitada a seguir.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

-Art. 26. § 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (NR)

Art. 3º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Fernando Haddad. (BRASIL, 2008).

De acordo com a alteração da LDB 9.394, a música passa a ser conteúdo estudado, não com o objetivo de formar músicos, mas com o propósito de direcionar os educandos para um conhecimento musical, por meio das experiências culturais cotidianas, somadas a um ensinar musical com significações, possibilitando a compreensão da linguagem musical como oportunidade presente no currículo e no cotidiano dos alunos.

Desse modo, faz-se necessário recorrer à proposta pedagógica da escola e ao currículo da Educação Infantil para perceber quais as propostas e conteúdos são relevantes para o planejamento e execução dessa linguagem. Perceber a importância desta para a construção da prática pedagógica é relevante para se afirmar e alinhar o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

2.1 CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Entende-se que, para um planejamento adequado, é relevante entender o currículo da Educação Infantil para que, desse modo, seja possível propor ideias e estratégias disciplinares e pedagógicas que possam acontecer na escola. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) definem o currículo como:

[...] conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p. 12).

Com o entendimento do que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), é perceptível que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola constitui-se como o responsável pela definição das metas e dos trabalhos realizados, buscando valorizar os conhecimentos e as experiências das crianças e, com isso, consolidar as práticas de acordo com o que está previsto nos documentos oficiais. Para que os propósitos sejam efetivados, é interessante que as escolas organizem o PPP em consonância com as definições e prescrições das DCNEI e do Referencial Nacional de Educação Infantil (RNEI). Da mesma forma, o PPP da escola deve expressar a cultura cotidiana local, funcionando como um

instrumento de divulgação desta cultura, estabelecendo as metas a serem atingidas e a forma para o alcance dos objetivos propostos.

Por meio do PPP, a escola tem a finalidade de estabelecer uma construção em conjunto com a comunidade escolar. Para isso, nele devem estar presentes os objetivos pretendidos, as formas de avaliação dos educandos, as ações pedagógicas, focando, essencialmente, a reflexão sobre a identidade da própria escola. A garantia de que toda a comunidade escolar pode contribuir na sua formulação está garantido no art. 14, inciso II da LDB, a qual determina que a gestão deve ser democrática, representativa e coletiva.

Nesse contexto, a ação de planejar não é apenas um ato burocrático, reduzido a preenchimento de formulários, conforme afirma Libâneo (1994, p.222):

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão de ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que integram no processo de ensino).

Ainda, nesta perspectiva, Libâneo (Id.Ibid.) ressalta que planejar não garante o bom desempenho; é necessário que os planos estejam ligados à prática e possam ser refeitos de acordo com as necessidades evidenciadas no contexto escolar. Portanto, as necessidades das crianças podem ser entendidas e pensadas sob um olhar menos técnico e mais relacionado às necessidades e aos desejos das crianças. Ainda, de acordo com esse olhar atento para as individualidades e desejos das crianças, Fochi (2013, p.23) ressalta que é necessária uma reflexão sobre o currículo para a infância.

Reflexão sobre o currículo para a infância [...] uma visão mais desinteressada com relação ao que se deva ensinar e mais curiosa pelo que se possa aprender, que nasça a partir da necessidade de pensar-se em relação ao vivido e de perguntar-se em relação ao caminho que se está percorrendo.

Fochi (2013) reforça que o currículo é o suporte para que a metodologia seja articulada e aconteça na prática, porém tem o compromisso de atender às especificidades de cada criança, fortalecendo os encontros, os afetos e a liberdade de se expressar.

De acordo com o referido autor, a concepção de currículo proposta pelas Diretrizes Curriculares é confusa e não é fácil de explicar ou transpor na prática do dia a dia em sala de aula, uma vez que estabelece que a escola deve dar enfoque ao cotidiano para pensar o currículo, em especial, em relação ao tempo da infância, tempo de ser criança, tempo de crescer e produzir no ritmo de cada um. No entanto, existe pressa, por parte das escolas, em tirar das crianças o tempo de ser criança, haja vista a construção de currículo cheio de atividades, artificial e sem contextualização com a vida das mesmas. Não há, portanto, tempo de aventurar-se, criar e recriar modos de vida.

Na concepção de Moreira e Candau (2008), o currículo cheio de atividades e documentação escolar ou planejamento de aula não fortalece o aprendizado; diferentemente, o currículo deve envolver todos os elementos que compõem o ambiente escolar. Também, o projeto de cooperação para a construção de orientações curriculares para a Educação Infantil (2009), elaborado pelo Ministério de Educação (MEC) em consonância com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), considera que o currículo da Educação Infantil não deve ser um amontoado de conteúdos; deve, ao contrário, considerar as diferentes aprendizagens, tendo como foco principal as crianças e suas experiências. Nesse sentido, o referido projeto declara que o currículo

[...] é compreendido como as intenções, as ações e as interações presentes no cotidiano [...] e ainda enfatiza que a [...] elaboração de um currículo é importante porque nos faz refletir e avaliar nossas escolhas e nossas concepções de educação, conhecimento, infância e criança, reorientando nossas opções. E essas são sempre históricas, sempre redutoras diante da imprevisibilidade que é viver no mundo. Isto é, o currículo diz respeito a acontecimentos cotidianos que não podem ser objetivamente determinados, podem apenas ser planejados tendo em vista sua abertura ao inesperado (BRASIL, 2009, p.57).

Diante do pressuposto, entende-se que é preciso valorizar a realidade dos educandos, aliando o conhecimento não formal ao currículo, pois este traz dimensões importantes ao desenvolvimento humano. Nessa mesma perspectiva, Faria e Salles (2012, p. 20) afirmam que o currículo efetiva-se pela -busca de construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho de cada instituição educacional. Ainda, de acordo com as autoras, o currículo precisa ser pensado e repensado para que se viabilize a realização de experiências educativas a fim de formar o sujeito, e não deformá-lo.

É fundamental, dessa maneira, que as formas de trabalhar sejam coerentes com as nossas concepções de sociedade, de homem, de criança, de educação, de desenvolvimento/aprendizagem que foram definidas pela Proposta Pedagógica da instituição e que nos levem, continuamente, a buscar estratégias e a assumir posturas mais condizentes com essas concepções, promovendo o desenvolvimento de atitudes solidárias e cooperativas por parte das crianças (FARIA; SALLES, 2012, p.185).

Dessa forma, o currículo na Educação Infantil tem pontos centrais, como buscar o pleno desenvolvimento da criança, pois não pode partir somente do cotidiano e ali findar, mas sim, entender todos os meios que influenciam e orientam as práticas. Ainda as referidas estudiosas afirmam que, em muitas escolas, a proposta pedagógica está de maneira descontextualizada e, por isso, não há muita coerência no que se acredita e no que se faz no ambiente escolar.

Considerando as manifestações dos educandos e a construção de um currículo que atenda às necessidades de aprendizagem dos mesmos, e indo além desses preceitos, Junqueira Filho (2011) ressalta que tanto o educador quanto o educando são sujeitos-linguagem e, por essa razão, objetos de conhecimento. Essa realidade apresentada pelo autor para o trabalho na Educação Infantil demonstra a consideração pelas realidades dos educandos, especificando que linguagem é toda manifestação verbal e não verbal.

Ainda de acordo com o estudioso (Id.), educandos e educador trocam conhecimentos, construindo e reconstruindo, por meio de relações, as diversidades em relação ao modo de falar e de agir, preferências e jeito de aprender de cada um. Ao descrever sobre os conteúdos que, de fato, são significativos às crianças da Educação Infantil, o autor apresenta uma nova proposta, designada Linguagens Geradoras, ou seja, as que acontecem a partir do diálogo entre educador e educando, devidamente nomeados por ele, como sujeitos e objetos- linguagens um do outro.

O referido autor reforça que o educador precisa reconhecer os conteúdos que são fundamentais para a aprendizagem dos educandos, compreendendo o que é necessário desenvolver em cada faixa etária, conforme as características culturais locais.

A Parte Cheia do planejamento, de acordo com Junqueira Filho (2011), não deve ser utilizada para encher de conteúdos os educandos da Educação Infantil, ou ainda, para passar o tempo. Esta Parte Cheia do planejamento, ao contrário, deve estar comprometida em melhorar a elaboração das aprendizagens que serão utilizadas para desafiar e conhecer os educandos, conforme assevera o autor (Id., p.55):

[...] para que as crianças possam colocar em prática o conhecimento de si e do mundo e, conseqüentemente, as intervenções sobre si e o mundo, possibilitando, dessa maneira, que a professora vá, cotidianamente vendo-ouvindo-lendo- dialogando com as crianças, conhecendo-as, enquanto interagem com os colegas, com a professora e com os objetos de conhecimento-linguagem que compõe a parte cheia do planejamento.

A Parte Vazia do plano de aula deve ser preenchida no decorrer das aulas, tendo como base as necessidades das crianças, flexibilizando e articulando os conhecimentos em forma de questionamentos. O educador, a fim de melhor interpretar a linguagem das crianças, pode ficar atento às pequenas intervenções e indagações das crianças, em sala de aula, e transformá-las em projetos interdisciplinares, sempre garantindo a flexibilização.

A Parte Vazia do planejamento fica em aberto como um espaço em branco para ser preenchido a partir dos primeiros contatos nas interações com as crianças na escola. Assim, será -[...] a surpresa, o inusitado, a indefinição, a perplexibilidade [...] o conjunto de vestígios, indícios, sinais, pistas, setas que a educadora precisava encontrar para continuar a produzir sua proposta, seu planejamento [...].|| (Id., p.25).

Dessa forma, depreende-se que as Linguagens Geradoras propõem, ao educador, um maior comprometimento com os conhecimentos que envolvem a infância, por meio da interação na construção de saberes entre educando e educador.

Diante de tais estudos, Junqueira filho (Id.) propõe uma ressignificação em relação ao entendimento de infância, considerando significativo para as aprendizagens, na Educação Infantil, a associação de experiências e a valorização do despertar da criança para o desconhecido, para a curiosidade. Por isso, em conformidade com as DCNEI (2010), ao falar em currículo na infância é preciso assumir a característica que implica o contato com o patrimônio de conhecimentos que a humanidade já construiu, reinventando o modo de compreender e construir uma história afetiva e lúdica, defendendo a ideia de que as crianças aprendem na ação e produzem cultura e interpretam o cotidiano. Assim sendo, quando o currículo da escola considera que é importante escutar as crianças relacionando esta escuta à afetividade e à sensibilidade, respeita-se o direito da criança viver, isto é, viver o tempo da infância. Desse modo, torna-se imprescindível saber como articular os conteúdos de música ao currículo da Educação Infantil.

Percebe-se, após este estudo, o que é o currículo na Educação Infantil e como é possível organizá-lo nesta etapa da vida escolar. Isto é, os currículos podem ser organizados de forma simples ou de jeito mais elaborado, com mais informações. Isso depende de cada

comunidade escolar. Embora todas as escolas procurem mostrar o que selecionam para trabalhar com as crianças, a falta de comprometimento e de informação pode prejudicar, consideravelmente, o trabalho pedagógico.

2.2 MÚSICA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No currículo da Educação Infantil, a linguagem musical é muito importante, tanto para a socialização entre os pares quanto para o desenvolvimento cognitivo da criança, além de ser uma linguagem que comunica e expressa emoções e sensações. Isto é, as crianças, desde o nascimento, estão descobrindo coisas o todo tempo, pois a interação com o mundo permite a elas desenvolver os aspectos individual e social.

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prescritas na Lei. 9.394/96, trazem informações que dão suporte para o educador planejar as aulas. Além deste fundamento, os educadores podem consultar a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM)², a qual pode servir como fonte teórica para melhor formular questões referentes ao ensino da linguagem musical na Educação Infantil. A Educação Musical, no currículo da Educação Infantil, tem, pois, relevância por ser uma linguagem universal que traduz os movimentos, bem como a criança pode ser traduzida como movimento. Em relação a este aspecto, Brito (2003, p.17) argumenta:

A música é uma linguagem universal. Tudo o que o ouvido percebe sob a forma de movimentos vibratórios. Os sons que nos cercam são expressões da vida, da energia, do universo em movimento e indicam situações, ambientes, paisagens sonoras: a natureza, os animais, os seres humanos traduzem sua presença, integrando-se ao todo orgânico e vivo deste planeta.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se destacar o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998), o qual sugere orientações metodológicas para a Educação Infantil. Nele, o ensino de música deve estar centrado em visões novas como a experimentação, que tem como fim musical a interpretação, a

²A Revista da ABEM tem interesse na publicação de artigos inéditos de desenvolvimento teórico, trabalhos empíricos e ensaios, além de resenhas. A publicação dos textos da Revista é realizada em formato impresso e eletrônico.

improvisação e a composição, ainda abrangendo a percepção, tanto do silêncio quanto dos sons e estruturas da organização musical.

Pensa-se que, em algumas instituições, ainda o ensino da linguagem musical está sendo utilizado com o propósito de construção de hábitos em sala de aula e não como um conteúdo a ser trabalhado no componente de Arte. De acordo com Lino (2010), aos pequenos, interessa construir sentidos sobre a estruturação dos conhecimentos. Então, a eles, interessa a possibilidade de descobrir os sons, brincar de tocar e cantar, ter contato com instrumentos e objetos que permitam barulhar³. E nesse sentido, Brito (2010) assegura que a música deve ser muito mais do que exercícios estereotipados, com a finalidade meramente de desenvolver habilidades.

Como já se enfatizou, a Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, estabelece a obrigatoriedade do ensino de música nos PPP das escolas. Tal obrigatoriedade, sem dúvida, foi uma grande conquista para a área de Educação Musical no país, garantindo o direito do ensino desta. Essa constatação corrobora e aumenta a importância de haver um maior envolvimento e comprometimento entre escola e educador, música e educando. De acordo com a respectiva Lei, pode-se entender que a Educação Musical, na Educação Infantil, vai além de canções relacionadas à rotina do universo escolar e familiar. Distintamente, sua finalidade é a de aproximar a criança da música, levando-a a gostar de ouvir, ao prazer de cantar, de fazer ritmos com mãos e pés, de dançar e se movimentar ao som de músicas dos mais diferentes gêneros.

A Educação Infantil é a fase do despertar da criança em múltiplos sentidos, e, por meio da sensibilização, conhecendo os sons inseridos em seu mundo, e pela descoberta do seu corpo como instrumento musical, a criança pode se desenvolver em todos os aspectos socioafetivos e cognitivos. Nessa etapa da Educação Básica, tudo para as crianças é novidade, tudo desperta interesse. Desse modo, a Educação Musical pode fazer a diferença, assegurando a apropriação dos conhecimentos e a compreensão da musicalidade de forma que, quanto mais a criança conheça, mais perto dela queira estar. Mas para que se efetive, na prática, a Educação Musical, é fundamental que o educador conheça os conteúdos referentes a cada etapa em que a mesma é ministrada.

De acordo com Brito (2010), a música é um elemento indispensável na formação do educando, afirmando que, ao atingir a idade adulta, a pessoa pode demonstrar a capacidade de pensar por conta própria, o exercício da criatividade, o caráter crítico e livre. Assim sendo, a

³barulhar: lançar o corpo à sensibilidade de soar significa escutar a música das culturas infantis, dando existência às sonoridades do mundo, expressando poeticamente a música, isto é, barulhar.

música e a dança são fundamentais para a formação do corpo e da alma em todas as fases da vida. Ainda para a autora, a música faz com que a criança desenvolva a criatividade, a subjetividade e exerça sua liberdade, tornando-se, no futuro, um ser autônomo e capaz de exercer, com responsabilidade, seu papel de cidadão ativo.

O ensino de Educação Musical, por equívocos de muitos profissionais, pode ser somente lembrado como um acessório a mais para favorecer o aprendizado de atitudes e hábitos comportamentais como respeitar o educador e os demais colegas, cuidar e proteger os animais e a natureza, além de ser um forte aliado para apresentações, de acordo com as datas comemorativas do calendário escolar como dia das mães, dia dos pais, dia do soldado, dia da árvore, entre outras datas comemorativas. Consoante a isso, torna-se de grande valia lembrar que o ensino da linguagem musical faz parte dos conteúdos a serem executados no componente de Arte.

A Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) ressalta que o ensino de música, quando entendida como atividade lúdica, facilita a aprendizagem, pois é um incentivo à criatividade do educando, por meio das muitas possibilidades que a própria música propõe. Assim, a Educação Musical torna-se mais fácil de ser realizada quando aliada a elementos que proporcionam ao educando a descoberta e a realização de desejos e novas explorações.

A Educação Musical possui uma significação valorosa para a criança, uma vez que integra os aspectos sensíveis aos afetivos, além de possibilitar a construção de conceitos que, cada vez mais, podem ser instigados e socializados, promovendo, com isso, maior assimilação dos conhecimentos. O contato com a música ajuda a criança a desenvolver a sensibilidade, a criatividade, a imaginação, a concentração, o ritmo, o prazer em ouvir música, enfim, a consciência corporal e o movimento, além do desenvolvimento psicológico.

A necessidade de se ter o senso de ritmo tem se acentuado, pois, em todos os lugares, as pessoas estão cercadas por uma variedade de sons como o próprio andar, o gotejar da chuva, as batidas do coração, a voz humana, o tique-taque do relógio; tudo isso e mais uma gama enorme de ritmos fazem parte, pois, do cotidiano da criança.

Para Brito (2003, p.46), [...] importa, prioritariamente, a criança, o sujeito da experiência, e não a música, como muitas situações de ensino musical consideram. Destarte, a Educação Musical não deve visar à formação de possíveis músicos do amanhã, mas sim, à formação integral das crianças de hoje. Para a referida autora, a escola não precisa ter a preocupação de formar musicistas, mas de desenvolver, na criança, o desejo de tocar algum instrumento, ou talvez, estudar canto e, fundamentalmente, mostrar que é possível, caso queira, alcançar e seguir a carreira musical.

Diante dos apontamentos explicitados a respeito dos conteúdos e práticas sugeridas a serem realizadas no ensino de música, percebe-se a importância da linguagem musical na Educação Infantil como um meio de desenvolvimento da expressividade, da autoestima, do equilíbrio, dos aspectos afetivos e cognitivos, e, principalmente, da integração social entre as crianças. A obrigatoriedade do ensino de música no currículo das escolas reforça um avanço no ensino do Brasil porque traz a oportunidade de crescimento intelectual, social e sensitivo.

De acordo com as leituras feitas e informações adquiridas, depreende-se que a música, além de desenvolver os aspectos já mencionados, provoca uma sensação de segurança e realização pessoal. Portanto, se o educador fizer uso de metodologias adequadas e inovadoras e se souber articular os conteúdos relacionados à música, na primeira infância, pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem, auxiliando as crianças na compreensão de mundo.

2.3 CONTEÚDOS RELACIONADOS À MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) faz indicações de como os conteúdos da Educação Musical devem privilegiar e viabilizar o desenvolvimento da expressão e comunicação da criança a partir da linguagem. Na Educação Infantil, o documento ressalta que os conteúdos devem ser trabalhados com o intuito de construir os conceitos, organizá-los e integrá-los, de forma sequencial e progressiva, compondo especificidades e capacidades:

[...] a exploração de materiais e a escuta de obras musicais para propiciar o contato e experiências com a matéria-prima da linguagem musical: o som (e suas qualidades) e o silêncio; a vivência da organização dos sons e silêncios em linguagem musical pelo fazer e pelo contato com obras diversas; a reflexão sobre a música como produto cultural do ser humano é importante forma de conhecer e representar o mundo. (BRASIL, 1998).

Contribuindo para o esclarecimento, preparação e construção das aulas de Educação Musical, o RCNEI (1998) aponta a exploração da expressão e produção de diversos sons musicais, através do corpo e do ambiente que envolve a criança. Ao planejar as aulas, o educador pode fazer uso da interpretação de músicas e canções diversas, por meio da criação e reinvenção das brincadeiras e jogos, de acordo com as necessidades de contatos e de

vínculos afetivos entre as crianças, porém, –deve-se cuidar para que os jogos e brinquedos não estimulem a imitação gestual mecânica e estereotipada que, muitas vezes, se apresenta como modelo às crianças. (BRASIL, 1998).

Brito (2003) afirma que a música acontece por meio de vivências e aprendizagens orientadas e, mesmo sem aptidão musical, é no fazer e no praticar que acontece o desenvolvimento das competências da criança.

Aceitando a proposição de que a música deve promover o ser humano acima de tudo, devemos ter claro que o trabalho nessa área deve incluir todos os alunos. Longe da concepção europeia do século passado, que selecionava os –talentos naturais!, é preciso lembrar que a música é linguagem cujo conhecimento se constrói com base em vivências e reflexões orientadas. Desse modo, todos devem ter direito de cantar, ainda que desafinando! Todos devem poder tocar um instrumento, ainda que não tenham, naturalmente, um senso rítmico fluente e equilibrado, pois as competências musicais desenvolvem-se com a prática regular e orientada, em contextos de respeito, valorização e estímulo a cada aluno, por meio de propostas que consideram todo o processo de trabalho, e não apenas o produto final. (BRITO, 2003, p. 53).

Nessa perspectiva, entende-se que, para a construção de aulas de Educação Musical, conforme a concepção de Brito (Id.), o educador precisa dispor de tempo para planejar as atividades e desenvolver os planos de ensino com criatividade e metodologias inovadoras, como já se enfatizou. Dessa forma, os conteúdos de Educação Musical devem estar ligados às variações dos sons, à densidade e às produções musicais diversas.

O educador pode utilizar-se de cantos para integrar melodia e ritmo, além de ser um meio eficaz de desenvolver a audição. Ao cantar, as crianças podem ir assimilando conceitos que permitem a comunicação e a criação de novas canções. Também é importante ressaltar que o bom senso nas escolhas das músicas é primordial, ou seja, não fazer uso de letras que sejam muito complicadas, ou letras que necessitem de muitos gestos ou repetições, pois parar de cantar para gesticular não é o esperado na Educação Musical.

Brito (Id.) destaca que a Educação Musical pode contemplar algumas atividades como trabalhos vocais, interpretações e criação de canções, brinquedos cantados e rítmicos, jogos que reúnem sons, movimentos e danças, jogos de improvisação, sonorizações de histórias,

elaborações, execuções de arranjos (vocais e instrumentais), bem como construções de instrumentos e objetos sonoros, registro e notação, escuta sonora e musical, apreciação musical e reflexões sobre a produção e a escuta.

Além dessas atividades que contemplam a Educação Musical, esta pode ser trabalhada através de jogos improvisados, rimas com os próprios nomes, com os nomes de colegas, identificação de nomes de frutas, nomes de cores, o que estimula a memória auditiva e a identificação da direção do som.

O educador pode, também, adotar uma postura de escuta atenta, identificando as necessidades e curiosidades das crianças, para que seja possível uma maior aproximação entre o prazer, o interesse e as intenções propostas. Para vivenciar e se expressar por meio da Educação Musical, o educador, da mesma forma, pode colocar em evidência assuntos cotidianos e propor novos temas e novas canções construídas no coletivo.

O reconhecimento e o respeito à música de cada região favorece a formação de valores e a expressão das crianças, permitindo-lhes, de modo interativo, a construção de significações. É possível, do mesmo modo, associar a Educação Musical a outros recursos que podem ser usados, interdisciplinarmente, nas aulas de artes visuais. Isto é, criação ou pintura de instrumentos musicais com materiais indicados para desenvolvimento e produção do som, além da pesquisa sobre a música. Outra alternativa metodológica eficaz é a elaboração de questionamentos para a socialização de informações, por exemplo, sobre a origem dos instrumentos musicais, e, o aspecto principal, o ato de ensinar a produzir música com os instrumentos.

Na Educação Infantil, o educador deve procurar estar atento à faixa etária, organizando instrumentos e brinquedos que possam resultar em boa qualidade sonora. Já com as crianças maiores, pode-se trabalhar introduzindo os instrumentos e brinquedos sonoros populares e instrumentos étnicos.

Quanto ao registro musical, o RCNEI (1998) orienta que, na Educação Infantil, é necessário começar com formas diferentes de notação, ou seja, a escrita musical convencional. Ao ouvir um impulso sonoro curto ou movimento corporal, a criança pode transpor o som para outra linguagem. Ao variar os tipos de movimentos, repetidos, fortes, suaves, graves e agudos, a criança pode traduzir, corporalmente, o som. Orientadas pelo educador, as crianças podem registrar, em forma de desenhos, os movimentos e gestos sonoros.

Pelo exposto, e considerando todas as alternativas pedagógicas possíveis de serem criadas, recriadas e adaptadas, depreende-se que os conteúdos de música na Educação Infantil

Podem vir a aproximar os educandos do mundo da música, favorecendo o aumento da capacidade crítica, transformando, desse modo, os conhecimentos comuns em significativos, produtivos e desafiadores conhecimentos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM QUE FOI REALIZADA A PRÁTICA DE ESTÁGIO

O espaço educativo em que foram realizadas as práticas pedagógicas do estágio e análise deste trabalho configura-se em uma escola pública que trabalha somente com a etapa da Educação Infantil. A clientela corresponde à faixa etária entre um ano a cinco anos de idade. A escola funciona em turno integral, matutino e vespertino, no horário das 07h15min da manhã e término às 17h. Os educandos, em sua maioria, fazem as refeições na escola, sendo café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde. As crianças até os três anos, em sua rotina, dormem após o almoço.

A Escola Municipal de Educação Infantil possui terreno e prédio próprios. As crianças são conduzidas até a escola em ônibus, acompanhadas por uma monitora e retornam às residências da mesma forma.

[...] famílias de classes sociais, média e baixa, trabalhadores de diversas áreas: agricultores, comerciantes, servidores públicos, servidores ligados a UHPF, entre outros. Moram em sua maioria em casas próprias. Os maiores problemas encontrados nas famílias da comunidade escolar são: sociais, de convivência, vícios como álcool, drogas. (ENTRE RIOS DO SUL, 2012, p.02).

O documento também apresenta a filosofia intitulada -Educar para a vida, justificando que:

[...] o processo educativo deve levar o aluno à reflexão, construção e reconstrução de princípios, valores e atitudes que expressem a compreensão de ideias e emoções, posicionando-se frente a diferenças da vida com habilidade e capacidade de argumentação e interpretação, intervindo na realidade de forma produtiva e significativa. (ENTRE RIOS DO SUL, 2012, p.03).

A escola de Educação Infantil percebe esta etapa como -meio que possibilita o desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, o acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural [...]. (ENTRE RIOS DO SUL, 2012, p.03).

A escola entende, ainda, que a apropriação e conhecimento das potencialidades cognitivas, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, contribuem para a formação de crianças felizes no meio em que vivem.

A turma do maternal em que foi realizada a prática de estágio é composta por duas educadoras, sendo uma formada em Pedagogia e uma em Educação Física. Ao todo, são doze educandos.

A sala é utilizada apenas por essa turma no turno vespertino; é ampla, possui banheiro, quatro mesas redondas, com doze cadeiras no total, dois armários em madeira, sendo um com portas, utilizado pela educadora pedagoga; o outro armário/estante não possui portas e é utilizado para guardar os materiais de uso comum das crianças, como caixas com trabalhos, livros, brinquedos e jogos de encaixe. Na sala, há, também, um espelho grande e varais para exposição de trabalhos realizados pelas crianças.

Partindo da filosofia da escola que é educar para a vida, o tema do estágio veio ao encontro desta proposta, objetivando o diálogo da criança com a sonoridade, a música e as artes visuais. Tendo em vista o tema, vinculou-se este ao Trabalho de Conclusão de Curso, relacionando a Educação Musical, em conformidade com a Lei nº 11.769/08, às práticas docentes no componente de Arte.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia usada para sistematizar e materializar este estudo foi uma pesquisa de cunho qualitativo, fazendo uso de fontes bibliográficas e documentais e da inter-relação teoria e prática; esta contemplada no estágio obrigatório de Educação Infantil.

Convém destacar que a pesquisa é, ao mesmo tempo, qualitativa e bibliográfica, por apontar aspectos relevantes, sustentados em documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (DCNEI), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP, 2012) da escola em que foram realizadas as intervenções pedagógicas.

Ao selecionar os documentos para o desenvolvimento desta pesquisa, muitas leituras foram feitas, associando-os às contribuições de teóricos da área, para delineamento e compreensão da relação estabelecida. Um dos autores que esclarece a importância do uso de documentos legais é Bardin (2009), e, segundo ele,

[...] dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. (BARDIN, 2009, p. 47).

Com a intenção de melhor teorizar, após a escolha do tema e definição do problema de pesquisa, iniciaram-se as leituras em livros e periódicos, com a finalidade de destacar as contribuições teóricas e concepções acerca do assunto pesquisado. Em seguida, procurou-se relacionar a fundamentação teórica à prática pedagógica observada e vivenciada na intervenção do estágio em Educação Infantil.

Este estudo se dá pela intenção de compreender o que é proposto no PPP da escola, em consonância com as práticas desenvolvidas e a efetividade da Lei nº 11.769/08, que propõe a obrigatoriedade do ensino de música no componente de Arte na Educação Básica.

O estudo do material pesquisado e selecionado exigiu a interpretação atenta para a construção de conclusões a respeito das perspectivas da Educação Musical na Educação Infantil. Sem ater-se ao caráter quantitativo, a pesquisa não apresenta análise de números, mas sim, sugestões significativas que possam contribuir com outros estudos relacionados ao tema.

Na busca de referenciais relacionados ao tema, identificou-se, inicialmente, que a Lei Federal foi um marco para o ensino da Educação Musical. Após apropriação de aspectos legais, foi possível perceber as repercussões ocasionadas, além de constatar se as práticas estão realmente acontecendo nas escolas e quais são os desafios para se cumprir, efetivamente, a Lei.

Na sequência, foi realizada a leitura do PPP da escola em que foi realizado o estágio, identificando os pontos relacionados ao tema da pesquisa, ou seja, música no currículo da Educação Infantil.

As informações e fundamentos foram coletados a partir das leituras dos documentos já mencionados, DCNEI e RCNEI, com o objetivo de saber quais orientações contidas nos mesmos orientam o currículo e o conteúdo de Educação Musical nesta faixa etária.

Após as leituras, o texto foi organizado e construído por meio de interpretação e análise do aporte teórico, estabelecendo relações entre este e os documentos que serviram de referência. A partir dessas, uma nova relação se estabeleceu com a prática da música na Educação Infantil.

5 ANÁLISE DO REFERENCIAL TEÓRICO RELACIONADO COM O TEMA E AS PRÁTICAS OBSERVADAS E VIVENCIADAS NO ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta parte do Trabalho de Conclusão de Curso, é apresentada a análise do referencial teórico, relacionando-a às práticas realizadas na Educação Infantil, no período de estágio obrigatório do Curso de Licenciatura Pedagogia, da Universidade Federal da Fronteira Sul, de Erechim, RS, o qual proporciona a formação plena em Pedagogia. As leituras sobre o tema esclarecem a reflexão e a interpretação das práticas escolares que se voltam ao ensino de Educação Musical no componente de Arte na Educação Infantil.

Por intermédio da experiência vivenciada em sala de aula, pode-se perceber o quanto é relevante o conhecimento, por parte do educador, sobre as concepções básicas do currículo, para melhor compreender a importância dos conteúdos e práticas relacionadas à música. Dessa forma, o trabalho foi pautado em referências teóricas, complementado pela prática efetiva em sala de aula. É importante destacar que, neste trabalho, a construção do conhecimento esteve de acordo com os saberes pedagógicos indicados pelos documentos e normas que orientam a Educação Infantil.

As práticas de estágio foram realizadas no período de 03 a 31 de outubro de 2016 e condicionaram tanto reflexões quanto análises e melhor entendimento sobre as dificuldades na prática do ensino de Educação Musical na docência. O projeto denominado –Educação Sonora e Musicalidade, definido no percurso de formação acadêmica, que norteou a prática do estágio, procurou mostrar às crianças que os sons fazem parte da vida e estão presentes em todo lugar, bem como, a qualquer momento, pode-se percebê-los; basta despertar a sensibilidade.

As situações de aprendizagem objetivaram estimular as descobertas, desenvolver a imaginação e a criatividade, por meio da estimulação, com dança e fitas coloridas, pintura livre em materiais recicláveis, construção de chocalhos, brincadeiras de faz de conta, entre outras alternativas didático-metodológicas. Todas com a intenção de proporcionar, às crianças, momentos da musicalidade, por meio da interação entre educandos e educador, colocando em evidência, acima de tudo, o diálogo, a ludicidade, a criatividade e a imaginação.

Salienta-se que as situações de aprendizagem foram significativas, também, pelo fato de serem trabalhadas num aspecto exploratório, dando às crianças a oportunidade de participarem ativamente, ampliarem saberes, construir e reconstruir hipóteses,

como, transformar o olhar em relação à musicalidade, e, desse modo, viverem momentos de prazer no processo educativo.

Ao término do estágio, pode-se chegar à constatação de que os propósitos e objetivos foram, devidamente, alcançados, haja vista a verificação de ampliação do olhar das crianças em relação aos sons durante e após o desenvolvimento das atividades. As práticas de estágio possibilitaram aprendizagens de exploração de materiais reciclados, que resultaram no desenvolvimento das capacidades de cada indivíduo, permitindo, por meio da escuta sensível, a reflexão sobre a musicalidade.

Nessa perspectiva, Schafer (2009) afirma que, quando uma diversidade de sons aflora, possibilita, de certo modo, as mais distintas interpretações e os mais diferentes sentimentos, dependendo de quem escuta, de quem o produz, além de estabelecer ligações com a vida particular e com o convívio social.

A análise referente ao tema deste TCC acontece pelo olhar reflexivo sobre o referencial teórico e as atividades desenvolvidas no estágio, conforme já se mencionou, as quais se voltam ao componente de Arte, contemplando a música no currículo e prática em sala de aula.

No decorrer das observações e efetivação da prática de estágio, pode-se perceber que a educadora da turma tem conhecimento da obrigatoriedade da Lei nº 11.769/08, porém não teve em sua formação acadêmica, uma disciplina que contemplasse o ensino de Educação Musical. Em diálogo e troca de experiências com a turma e com a educadora regente, verificou-se que as crianças gostam de cantar e dançar. Também foi possível constatar, a partir de observações, análises das ações e reações das crianças, que é muito importante trabalhar com a musicalidade, estimulando e ampliando os conhecimentos sobre sons, através de alternativas de criação, adaptação e recriação da educação sonora e da musicalidade.

O RCNEI (1998) reforça a importância de se contemplar a Educação Musical em todas as faixas etárias, uma vez que, em seus fundamentos, apresenta dados históricos, esclarecendo que, desde a Grécia Antiga, a música era compreendida como um componente essencial à formação dos cidadãos, ao lado da matemática e da filosofia.

Diante de informações relevantes como essa, em todas as aprendizagens propostas no estágio, procurou-se trabalhar a Educação Musical no sentido de identificar a sonoridade. O canto, a dança e a música foram constantes em todos os momentos. Pode-se depreender, assim, o quanto as crianças ficam surpresas e encantadas com essas aprendizagens, pois as mesmas convidam-nas a conhecer um jeito novo de aprender e de estar em contato com a

música, atendendo desse modo, a proposta do estágio de colocar em evidência variados movimentos e transformar a Educação Musical em novas experiências.

No decorrer do estágio, foram aparecendo algumas dificuldades. A mais frequente foi relação ao planejamento todo fragmentado, com trocas de ambientes e aprendizagens que variavam entre 30min e 40 min, exigindo flexibilização contínua, característica do próprio planejamento. O que surpreendeu foi perceber o quanto os educandos estão formatados e seguem uma regulação que já faz parte do cotidiano escolar, pois, mesmo sem finalizar as aprendizagens da prática de estágio, as crianças avisavam que já era hora do filme, hora da brinquedoteca, entre outras formatações do cotidiano escolar.

Dessa forma, os planejamentos da escola parecem sofrer uma grande regulação no que diz respeito aos horários de rotina para todas as turmas. Esses horários são ordenados e regulados pela equipe pedagógica da escola. As atividades fragmentadas pela escola, de modo geral, atrapalharam o andamento e aplicação das aprendizagens propostas no projeto de estágio.

A seguir, pode-se verificar, por meio de tabela estruturada, como os horários da escola estão fragmentados, justificando que não há socialização entre os pares de outras turmas, não havendo, com isso, contato com crianças de outras faixas etárias. Cada turma convive nos espaços, de acordo com os horários propostos no cronograma. Então, durante todo o período letivo, os educandos convivem com os mesmos indivíduos, pois cada turma tem o recreio individualizado.

Na tabela de controle de horários da turma, identifica-se a rotina de alimentação, o horário correspondente ao uso de brinquedos e brincadeiras, bem como do recreio. Não está especificada a hora da execução das aprendizagens pedagógicas planejadas, como, por exemplo, a de Educação Musical.

Tabela 1: Cronograma semanal das atividades da escola

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
14:20/14:35	14:00/14:20	13:45/14:30	14:00/14:20	14:35/14:50
Lanche	Lanche	Educação física	Lanche	Lanche
15:00/15:30	15:00/15:40	14:35/14:50	14:50/15:20	14:50/15:30
Brinquedoteca	Recreio	Lanche	Piscina de bolinhas	Piscina de bolinhas

15:30/16:00	16:20/17:00	15:00/15:40	15:20/16:10	15:30/16:15
Piscina de bolinhas	Brinquedoteca	Recreio	Brinquedoteca	Vídeo
16:20/17:00	16:20/17:00	16:20/17:00	16:20/17:00	16:20/17:00
Recreio	Brinquedoteca	Brinquedoteca	Recreio	Recreio

Fonte: Elaborado pela autora.

Schafer (2009) afirma que a Educação Musical proporciona uma nova concepção do que é educar o ouvido, o que se quer ouvir e o que é possível desenvolver para aprender a ouvir. No processo de desconstruir a lógica da fragmentação, torna-se necessário e imprescindível aplicar bom senso a um olhar atento e interdisciplinar, possibilitando uma integração nas abordagens do cotidiano escolar. É recomendado, portanto, a compreensão da realidade escolar e avançar, progressivamente, no percurso metodológico, para que o educando possa compreender o sentido dos conteúdos trabalhados e relacioná-los a seu cotidiano dentro e fora da escola.

5.1 ANALISANDO A MÚSICA NAS APRENDIZAGENS REALIZADAS NO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA

Fotografia 1 - Dançando com fitas coloridas I



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 2 - Dançando com fitas coloridas II

Fonte: Arquivo pessoal.

Na aprendizagem da dança com fitas coloridas, o momento foi bem descontraído, no qual as crianças puderam se expressar por meio do corpo e perceber os ruídos do ambiente. Primeiramente, a educadora mostrou uma caixa e disse que, dentro dela, havia uma surpresa. Por um orifício bem pequeno, e de olhos vendados, as crianças foram convidadas a colocar a mão e identificar o que havia dentro da caixa.

A seguir, foram retirando as faixas coloridas de TNT dos olhos e, então, foi colocado o som. As crianças, nesse momento, começaram a dançar com as faixas. Percebeu-se que as crianças já expressam certa vergonha em mostrar os movimentos de dança, mas, logo após um incentivo e demonstração da educadora, dizendo que todos sabiam dançar, que não havia coreografia, nem passos ensaiados, todos participaram.

Para Marques (2005), em sala de aula, a dança tem que estar vinculada ao contexto dos alunos, haja vista que o mesmo configura-se como um dos interlocutores para pensar a dança, pois garante a relação entre o conhecimento em dança e as relações sociais, políticas e culturais em sociedade. Considerando esse aspecto, para a referida autora (1990), algumas das razões para a dança ser pouco compreendida, enquanto área de conhecimento, são as descritas a seguir.

A ignorância daquilo que pode ser considerado dança, a falta de visão de que a dança não é necessariamente algo academizado, a falta de experiência das pessoas no que diz respeito à dança, uma concepção restrita de educação e, também, a dificuldade de lidar com o corpo durante tantos séculos condenado ao profano e ao pecado. (MARQUES, 1990, p. 23).

Percebe-se, pelo exposto, que é preciso despertar o interesse das crianças, visto que nem sempre a dança faz parte da realidade cultural. Ainda, de acordo com Marques (2010), os corpos apropriam-se e se estruturam nas relações individuais, com os outros e com o meio. Sendo assim, os corpos não são apenas instrumentos, mas protagonistas das brincadeiras e das danças.

Nessa perspectiva, Pereira (2008) afirma que a dança é essencial para que a criança conheça a si própria e aos outros, estimulando, através de movimentos livres ou coreografados, o despertar das emoções, dos sentimentos, da criatividade, da imaginação, além de respeitar limites. Para o referido autor (Id, p.43), a dança

[...] é um conteúdo fundamental a ser trabalhado na escola: com ela, pode-se levar os alunos a conhecerem a si próprios e/com os outros; a explorarem o mundo da emoção e da imaginação; a criarem; a explorarem novos sentidos, movimentos livres [...]. Verifica-se assim, as infinitas possibilidades de trabalho do/ para o aluno com sua corporeidade por meio dessa atividade.

A criança tem necessidade de andar, de saltar, de se expressar, e neste segmento, a dança é movimento. Caso se deixe de considerar este aspecto, permitindo que as crianças permaneçam quietas e imóveis, o educador estará sendo falho com o desenvolvimento natural das mesmas, conforme argumenta Freinet (1974, p.37):[...] porque a criança tem necessidade de agir, criar e trabalhar, isto é, empregar a sua atividade numa tarefa individual ou socialmente útil [...].

Assim como a dança possibilita o desenvolvimento de inúmeras habilidades, a criação de instrumentos favorece o processo criativo, o levantamento e testagem de hipóteses, o raciocínio lógico e o reconhecimento da capacidade humana de produção, o que se verificou pela aprendizagem de confecção dos chocalhos.

Fotografia 3 - Confecção de chocalhos I



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 4 - Confecção de chocalhos II



Fonte: Arquivo pessoal.

O ato de criar instrumentos musicais como, por exemplo, chocalhos, por meio dos quais as crianças podem manipular canudos de papel, tintas, cola e papel crepom, é de grande relevância porque, além de despertar a criatividade, conta com o estímulo sensorial. Dessa forma, a educação alicerçada nas artes proporciona o desenvolvimento do potencial criativo, e criança criativa raciocina melhor e inventa meios de resolver as dificuldades encontradas no dia a dia.

A metodologia usada na confecção de chocalhos foi gratificante porque as crianças sentiram, desde o início, o gosto e a satisfação pela produção de um brinquedo. A sensação das crianças, ouvindo e percebendo os sons e as vibrações, criou e recriou um repertório de experiências. Essa aprendizagem permitiu a expressão das crianças em relação à percepção, aos sentimentos e às fantasias. Nessa aprendizagem, pode-se evidenciar a presença de interdisciplinaridade, uma vez que a linguagem da arte visual esteve interligada à linguagem de Educação Musical.

De acordo com Junqueira Filho (2011) e Schafer (2009), a Educação Musical, na Educação Infantil, é uma linguagem importante que pode contribuir para a escuta e expressão humana, possibilitando às crianças vivenciarem um novo processo, por meio do qual podem reformular suas ideias, construindo novas concepções e desenvolvendo habilidades e a própria sensibilidade.

Para dar sequência às situações de aprendizagem com música, foi proposta a aprendizagem intitulada -Canudos de soml.

Fotografia 5 - Canudos de som I



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 6 - Canudos de som II

Fonte: Arquivo pessoal.

Essa aprendizagem consistiu em encontrar os pares de sons. Em um primeiro momento, foi explicada a sistemática da aprendizagem. As crianças colocaram a mesma quantidade de grãos dentro de dois canudos, formando pares de som, por exemplo, o primeiro par poderia ser: dois canudos, sendo um azul, e outro vermelho, com a mesma quantidade de grãos, e assim por diante; cada par de canudos com sua respectiva quantidade de grãos. Formaram-se seis pares de canudos que, após serem lacrados, foram misturados.

A aprendizagem final consistiu em juntar os pares através da percepção dos sons dos canudos. Os educandos ouviam o som de cada um dos canudos para, após, encontrarem os pares. A identificação dos pares de canudos possibilitou o desenvolvimento da concentração e a noção de classificação. Ainda, nessa aprendizagem, pode-se analisar a presença de trocas constantes, ou seja, uma criança ajudando a outra, interagindo, dialogando, desenvolvendo a coordenação motora, a agilidade, e até mesmo, a persistência quando algo dava errado. A identificação foi instigante, pois os educandos foram desafiados a repetir, várias vezes, a atividade proposta. A educadora interviu somente quando se identificou, realmente, alguma necessidade.

Para Junqueira Filho (2011), os conteúdos correspondentes às linguagens devem oportunizar situações para o desenvolvimento integral das crianças, permitindo às mesmas a oportunidade de diálogo e vivências, tornando o processo ensino e aprendizagem significativo

e desafiador. A partir dessa afirmativa, o estágio na Educação Infantil buscou ampliar a relação que as crianças têm sobre a Educação Musical, fazendo-as perceber que estão inseridas em um universo de sons e que estes se relacionam com a qualidade e a consciência das pessoas. De modo complementar, Schafer (2009) afirma que é necessário a criança aprender a ouvir o mundo para poder sentir, criar e recriar os sons.

Fotografia 7 - Dominó Sonoro I



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 8 - Dominó Sonoro II



Fonte: Arquivo pessoal.

A aprendizagem com o dominó sonoro foi muito agradável e estimuladora, pois, enquanto algumas crianças juntavam a sequência lógica das caixas, outras montavam torres e ainda escutavam, eufóricas, os sons nas caixas dominó. Em cada caixa, havia quantidades de sementes diferentes e, por isso, provocavam sons diferenciados. As crianças, em todos os momentos de aprendizagem com a música, foram convidadas a realizá-las, porém algumas, ao se desinteressarem ou criarem conclusões antecipadas, procuravam outras atividades como brincar nos cantos de estimulação, ou ainda, com os brinquedos confeccionados nas aprendizagens dos dias anteriores, dispostas na sala.

Fotografia 9 - O som dos objetos I



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 10 - O som dos objetos II



Fonte: Arquivo pessoal.

Nessa aprendizagem, procurou-se mostrar o quanto é relevante a conscientização a respeito da escuta, observando que foi necessário chamar atenção dos educandos várias vezes por estarem muito entusiasmados e com grande expectativa para realização de uma experiência com água em sala de aula. Por essa razão, não paravam de conversar e gesticular.

Para Schafer (2009, p.8), é muito importante conscientizar as crianças em relação ao som, visto que -Não é apenas com Leis de controle do ruído que se solucionam as questões da poluição sonora. O que importa é o nível de consciência da população em relação aos sons.

A proposta dessa aprendizagem foi a de incentivar a experiência direta com o som, de maneira lúdica e prazerosa. O momento mais difícil foi conter os educandos e trabalhar superando a própria capacidade de ter o controle e executar a aprendizagem, buscando equilibrar a brincadeira com o aprendizado com sentido e objetivando prepará-los para viver num ambiente saudável, sabendo identificar a variedade sonora.

Para Ferreira (2010), o som sempre se caracterizou por uma grande instabilidade, decorrente de suas características potenciais e temporais. Um único som, por exemplo, com seu timbre, altura, intensidade e duração característicos, já é rico em informações ao ouvinte, quanto mais a combinação diversificada entre muitos deles. A observação foi interessante para também compreender a interação e a troca de conhecimentos entre os pares. As aprendizagens ou rotinas, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na escola com os colegas, e em casa, com a família, merecem um olhar e uma escuta mais atenta e cautelosa por parte de todos envolvidos no processo educativo.

A situação de aprendizagem proporcionou às crianças a oportunidade de adquirir conhecimentos diversos, bem como respeito aos colegas, interesse pela escola, habilidades utilizadas fora da sala de aula, além de compreender o próprio valor de si e a importância do contexto em que estão inseridas. Em relação a esse aspecto, Finco (2013) afirma que a Educação Infantil é um espaço coletivo, de reflexões sobre o respeito à diversidade. Ainda, de acordo com a referida autora, diante das proibições que as crianças enfrentam em não brincar com determinado objeto, elas deixam de experimentar, de inventar e de criar, deixam, enfim, de exercer o faz de conta. A criança pensa e concebe o mundo e, portanto, representa o seu próprio universo.

Fotografia 11- O som das pedras I



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 12 – O som das pedras II



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 13 – Brincar de fazer música I



Fonte: Arquivo pessoal.

Fotografia 14 – Brincar de fazer música II



Fonte: Arquivo pessoal.

Essa aprendizagem proporcionou às crianças o faz de conta, uma representação que as crianças expressaram livremente, utilizando-se de todos os materiais sonoros que estavam dispostos na sala de aula e confeccionados por elas durante as aulas. Cada criança se expressou

Expressou a sua maneira; umas falavam da família, outras de histórias contadas ou inventadas, criadas no momento, e assim por diante.

Nas aprendizagens com música, foi possível observar as diferentes representações de valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na escola, merecendo, desse modo, o reconhecimento por representarem a expressão, a diversidade cultural, as vivências, o respeito aos colegas e, de forma exemplar, a compreensão do próprio valor e a importância do contexto em que estão inseridas.

Por intermédio da Lei nº 11.769/08, a música passa a ser conteúdo obrigatório por estar incluída no componente curricular de Arte, porém não é conteúdo exclusivo desta disciplina, como enfatizado neste trabalho. O que se verificou, na prática, é que há muitas dificuldades em fazer acontecer a Educação Musical, principalmente, no que diz respeito aos planos de aula. Isso deixa transparecer que a Educação Musical não é algo presente no componente de Arte plenamente. Em complemento a essa questão, há a dificuldade de formação em Educação Musical por parte dos educadores da infância, bem como não se evidencia, na formação continuada, ofertada pelos Sistemas de Ensino, momentos de estudo que contemplem este aspecto disciplinar.

Desse modo, conclui-se que tanto a escola quanto a educadora sabem da existência da Lei nº11.769/08, mas a música é entendida como uma linguagem que fica à margem, dando enfoque maior para as artes visuais. Em relação ao ensino de Educação Musical, a efetivação acontece quando necessário em apresentações artísticas na escola, fazendo uso de repertórios de cantigas e danças coreografadas. Diante da análise comparativa entre os pressupostos teóricos e as observações da prática pedagógica, pode-se afirmar, ao término deste trabalho, que há divergências na percepção dos educadores e suas práticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto procurou estudar a Lei nº 11.769/08 e relacioná-la à construção teórica e às experiências vividas no estágio de Educação Infantil, o qual foi um importante aprendizado como educadora, colaborando para a reflexão sobre a Educação Musical na Educação Infantil. As observações, as trocas de vivências e os diálogos com as crianças foram significativos para que se pudesse analisar e melhor compreender o tema pesquisado.

Nesse sentido, o estudo teve a intenção de socializar conhecimentos e informações sobre a importância da Educação Musical, mostrando que esta faz parte da vida da criança. No entanto, fica a pergunta: Será que somente estar informado sobre a importância da Educação Musical e sua obrigatoriedade assegura a presença da música nas escolas?

Como foi exposto neste trabalho, a Educação, no Brasil, caracteriza-se por diversos fatores que influenciaram e ainda influenciam o processo de ensino e aprendizagem. Esses fatores são de ordens ideológica, histórica, econômica, política e social. Pensando dessa forma, é possível depreender que uma verdadeira efetivação do ensino de Educação Musical depende não apenas de aspectos legais, mas, fundamentalmente, dos educadores em permanente formação.

Indubitavelmente, é preciso que os educadores compreendam a necessidade de aprender a música devido à sua importância e pelo fato de contribuir no desenvolvimento das crianças. Isso é possível de se afirmar pelo que se verificou em sala de aula. Durante as observações que antecederam a realização do estágio, pode-se evidenciar que o ensino de Educação Musical na Educação Infantil, de acordo com a concepção da educadora, faz parte da rotina da escola, mas que se efetiva na realização de apresentações em festividades escolares.

O suporte pedagógico não é algo presente e o ensino de Educação Musical fica subentendido como menos importante do que, por exemplo, as artes visuais. Pode-se perceber, do mesmo modo, pela tabela de rotinas da turma, que os horários são definidos para a alimentação, brincadeiras, recreio, entre outras atividades, porém não há horário para a execução de atividades pedagógicas, muito menos para a prática de musicalidade na Educação Infantil.

Diante dessas considerações, constata-se a necessidade da construção e assimilação de conhecimentos relativos ao tema por parte dos educadores, haja vista a relevância de se trabalhar com Educação Musical, principalmente, no início da escolaridade. Essa premissa vai ao encontro das leituras realizadas, por meio das quais foi possível identificar que os

educadores poderiam estar melhores preparados para trabalhar com a Educação Musical. Dessa forma, uma das alternativas eficazes é a interdisciplinaridade, para que o processo de musicalidade aconteça na Educação Infantil, num processo de diálogo e interação com todas as áreas do conhecimento.

Por meio deste estudo, muito se refletiu a respeito da importância da musicalidade na vida das crianças, e, por essa razão, recomenda-se a oferta de conteúdos que se voltem à música para que todos os cursos que formam os profissionais da Educação tenham, em suas matrizes curriculares, o estudo de Arte, especialmente, no que tange à linguagem musical no componente da disciplina, abrindo, assim, espaço para um aprendizado que ofereça possibilidades de interação entre educadores e educandos em sala de aula de forma produtiva.

Além disso, pode-se perceber, também, a necessidade de se repensar as práticas utilizadas em sala de aula, para que se evite a formação de meros reprodutores da realidade. Para tanto, os conteúdos trabalhados devem ser contextualizados de acordo com a realidade das crianças e com os contextos sociais em que estão inseridas.

Este tema requer ainda muito estudo e cabe às pessoas dispostas a um aprofundamento estarem preparadas para o planejamento de aprendizagens significativas, pois o planejamento das aulas de Educação Musical demanda dedicação e conhecimento dos documentos oficiais, bem como estabelecimento da inter-relação entre teoria e prática, com constante pesquisa e atualização.

Diante dos pressupostos, aqui apresentados, conclui-se que é necessário que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) estejam de acordo com a Lei nº 11.769/08, principalmente, no que se refere às finalidades do ensino de música na Educação Infantil e como se deve ensinar a Educação Musical. Essa integração pode definir melhor a prática da musicalidade em sala de aula, para que discordâncias em relação às políticas educacionais adotadas sejam, devidamente, superadas em todas as esferas, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Ao finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso, destaca-se que, com uma quantidade restrita de educadores com formação em música, torna-se necessária a formação continuada aos docentes que atuam na Educação Infantil, para que nestes desperte um interesse maior na formação em música e para que possam transformar seus planejamentos em práticas metodológicas inovadoras, permitindo às crianças a vivência integral com a Educação Musical.

REFERÊNCIAS

_____. **A afinação do mundo**: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.

BRITO, Teca Alencar de. Ferramentas com brinquedos: uma caixa da música. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 24, p. 89-93, set. 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional compilado de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais e pelas emendas constitucionais de revisão. Brasília: Senado Federal. 1998. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/522095>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 de dez de 2009. Disponível em:

<www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>. Acesso em: 25 nov.2017.

_____. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

DELALANDE, Julie. Aprender entre crianças: o universo social e cultural do recreio. In: Jader Janer Moreira LOPES; Marisol Barenco de MELLO. (Org.) **O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas**: dialogando com lógicas infantis, Rio de Janeiro, Rovelte, 2009, p. 23-41.

ENTRE RIOS DO SUL/RS. **Plano de Estudos da Escola Municipal de Educação Infantil Risinho**. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Prefeitura Municipal de Entre Rios do Sul. Disponível em: <<https://www.entreriosdosul.rs.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

FARIA, Vitória; SALLES, Fátima. **Currículo na educação infantil**: diálogo com os demais

elementos da Proposta Pedagógica. 2. ed. São Paulo: Ática, 2012

FERREIRA, Martins. **Como usar a música em sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart. (Org.). **Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de Educação Infantil brasileiro**. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

FOCHI, Paulo Sérgio. Será que um dia os arco-íris terão cores? In: GAI, Daniele Noal; FERRAZ, Wagner (Orgs.). **Currículo, cadê a poesia?**. Porto alegre: IDEPin, 2014.

FONTEERRADA, Marisa, Trench, Oliveira. **De tramas e fios – Um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

FREINET, Célestin. **A educação para o trabalho**. Lisboa: Presença, 1974.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

_____. **Interações: crianças, dança e escola**. São Paulo: Blucher, 2012.

JUNQUEIRA FILHO, G. de A. **Linguagens geradoras: um critério e uma proposta de seleção e articulação de conteúdos em Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____. **Lei Ordinária nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica. Diário Oficial, Brasília, 2008.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111769.htm>.

Acesso em: 26 out.2017.

_____. **Lecionar Música nas Escolas de São Paulo: Desafios frente ao Currículo de Arte**. 2014. 121 p. Dissertação (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1161>>.

Acesso em: 18 nov. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. O planejamento escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Magistério 2º Grau Série Formação do Professor).

LINO, Dulcimarta Lemos. Barulhar: a música das culturas infantis. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 24, p. 81-88, set. 2010.

MARQUES, Isabel. **Ensino de Dança Hoje**: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1990.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes gestão escolar**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/gestao-escolar/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 17 out.2017.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)** nº 9.394/96. Brasília, 1996. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 3v. 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. **Práticas cotidianas na Educação Infantil – Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera. **Indagações sobre o currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: MEC/ SEB, 2008.

_____. **Música na Educação Infantil** – propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Petrópolis, 2003.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais e a Dança: Trabalhando com os Temas Transversais. **Revista Ensino de Arte**, São Paulo, n.2, ano I, 1998.

_____. **O ensino popular de música no Brasil**: o ensino da música e do canto orfeônico nas escolas. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1937.

PEREIRA, Sybelle Regina Carvalho; CANFIELD, Marta de Salles. Dança na escola: desenvolvendo a emoção e o pensamento. **Revista Kinesis**, Porto Alegre, n. 25, 2001.

SCHAFFER, Murray. **O Ouvido Pensante**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

TEIXEIRA, Nilza Carla. **Marcos Históricos da Educação Musical no Brasil**. Publicado em 08 de Fevereiro de 2014. Disponível em: < <https://www.webartigos.com/artigos/marcos-historico-da-educacao-musical-no-brasil/118434/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

XVII Encontro Regional Sul da ABEM. Diversidade humana, responsabilidade social e currículos: interações na Educação Musical. 2016. Associação Brasileira de Educação Musical. **Anais...** Curitiba: ABEM, 2016.

XII Encontro Regional Nordeste da ABEM. Educação Musical: formação humana, ética e produção de conhecimento. 2014. Associação Brasileira de Educação Musical. **Anais...** São Luís: ABEM, 2014.